

ALQUIMIA DE CATEGORIAS SOCIAIS NA PRODUÇÃO DOS SUJEITOS POLÍTICOS

**Gênero, Raça e Gerações entre Líderes do
Sindicato de Trabalhadores Domésticos em Salvador***

MARY GARCIA CASTRO

Como os vários sistemas de privilégios que afetam as relações sociais são referidos por sujeitos políticos mulheres em uma situação de trabalho específica? Em que medida a busca de uma identidade de classe, pelas trabalhadoras domésticas, implica em também privilegiar questões de gênero, raça e geração ou em secundarizá-las? Como são reapropriados os constructos dessas questões? Como os sujeitos políticos mulheres utilizam os conceitos de público e privado, próprios da tônica de essencialidade do feminismo?

Tais questionamentos podem ser formulados a partir das biografias e idealizações das trabalhadoras domésticas organizadas, tendo como referência o enfoque da política da diversidade. Por este, a cultura política das mulheres deve ser construída no reconhecimento, e não na negação, das heterogeneidades, para melhor se compreender como estão divididas entre si, evitando-se, porém, cortes individualizantes

Para Barrett e Hamilton (1987) "apreender a diversidade, sem perder-se na fragmentação, vem-se tornando um dos maiores desafios do trabalho de corte feminista, hoje".

Sujeitos políticos, para estas autoras, são mulheres que escolheram como arena o domínio público, onde o *self* entre-meia-se a um coletivo através de suas práticas. Isso se traduz em um estar junto ou ser parte de um projeto comum de mudança de uma identidade social imposta ao seu grupo de re-

* Este estudo é parte de um programa de pesquisas que estamos desenvolvendo, denominado "Dividindo para somar a produção de sujeitos políticos mulheres (O caso de líderes sindicais do setor bancário e do setor de serviço doméstico, Salvador – Bahia)", que recebe auxílio do CNPq

ferência por interesses de um poder antagônico. A identidade de referência do sujeito político vai sendo traçada na relação entre biografia e história, um processo com diversos momentos e situações. Tal processo é marcado por projetos através dos quais as experiências são reelaboradas.

No caso das trabalhadoras domésticas, o projeto de serem reconhecidas como membros da classe trabalhadora reelabora, por um lado, vivências sobre questões de gênero, de raça, de geração e até de classe e, por outro, redimensiona significados de constructos do conhecimento feminista, como os de público e privado.

Situações de vivência do público e do privado por diferentes mulheres questionam a propriedade de teses calcadas na essencialidade de dimensões da reprodução, como o trabalho doméstico e a desprivatização da casa, para o processo de constituição da identidade feminina. No caso das empregadas domésticas, a vivência do público e do privado historicamente não se alinha ao retratado por outras mulheres, em distintas situações de classe e de práticas de trabalho. Para essas mulheres, a casa não é necessariamente sítio do reino das necessidades, ainda que o público possa ser o do reino da liberdade (Hegel, cit. in Habermas, 1984)

Sennett (1976), referindo-se ao século XIX, chama atenção para a diferença de significados do público para homens e mulheres. O público seria o lugar onde a mulher correria o risco de "perder a virtude, enxovalhar-se, ser envolvida em um estonteante e desordenado torvelinho". Já para o homem burguês, o público seria o espaço que lhe permitiria despir-se de suas "características de respeitabilidade que se supunha estarem encarnadas na sua pessoa, enquanto marido e pai, no lar".

Habermas (1984) retraça a etimologia do público e do privado, identificando as demarcações entre as esferas da *polis* e da *oikos*, rigorosamente separadas na cidade-estado grega. A *polis* era de domínio dos cidadãos livres. Habermas advoga a persistência normativa de tal modelo e nos leva a refletir porque, no projeto de classe das empregadas domésticas, não basta estar na *polis*, já que os cidadãos não somente estariam dispensados do trabalho produtivo, como também gozariam de "autonomia privada como senhores da casa". Não é por acaso que um dos vetores da essencialidade do conhecimento feminista foi a conquista do público e a desprivatização do lar, buscando a fusão dos espaços sociais.

As trabalhadoras domésticas organizadas reivindicam a separação dos espaços e a sua realização enquanto membros da classe operária. Isso significa privilegiar o público, como espaço político, sem refutar o direito ao privado, pelo divórcio entre lugar do trabalho e lugar de residência, e a exigência de cidadania (Habermas, 1984).

Gênero, geração e raça são categorias aqui usadas para o debate sobre a alquimia das categorias sociais¹ e o eu

1. Toma-se de Poulantzas (1968) o conceito de categoria social. "Por categoria social, entendemos particularmente os conjuntos sociais com 'efeitos pertinentes' – que podem tornar-se, como Lênin mostrou, forças sociais – cujo traço distintivo repousa na sua relação específica e sobredeterminante com outras estruturas além das econômicas"

dividido, ou seja, o jogo entre encontros, contradições, transformação e parcialização das rebeliões ou seleção de frentes de rebeliões.

A metáfora da alquimia não é gratuita. É preferida àquela de simbiose (Saffioti, 1992), que sugere fusão ou anulação de uma categoria pela outra.

O teorema subjacente ao conhecimento alquimista era de que haveria uma *prima matéria*, comum a metais bastante diferentes entre si. Para a produção de um metal superior – o ouro – haveria que combinar, por exemplo, cobre, ferro e prata. Chegar a tal matéria, transformando-a, exigia do alquimista experiência nas técnicas de laboratório e uma postura filosófica própria (Frater, 1976). O alquimista, ao juntar categorias ou elementos para uma transformação, transforma-se, chegando a um conhecimento próprio singular e a um alter/auto conhecimento de si.

As categorias de raças, gênero e geração têm em comum serem atributos naturais com significados políticos, culturais e econômicos, organizados por hierarquias, privilégios e desigualdades, aparados por símbolos particulares, e 'naturalizados' (Stolcke, 1990; Suárez, 1991). A combinação de categorias é de fácil comprovação; já o seu produto leva a outros resultados e o seu conhecimento exige saber que se inicia por ruptura com os esquemas duais.

Poulantzas (1968) defende que os interesses das categorias sociais atravessariam as fronteiras de classe, embora advoque que as alianças podem ocorrer entre indivíduos de diferentes classes sociais se – e tão-somente neste caso – seus interesses de classe não estiverem ameaçados.

Concordamos que a estrutura de classe condiciona práticas, mas não as determina, nem limita alianças construídas em nome de interesses de algumas categorias sociais. Na alquimia das categorias, nem o conceito de classe se reproduz na íntegra, estando sujeito a reapropriações.

A alquimia das categorias sociais está presente na construção de subjetividades, que, somente para fins analíticos, seriam referidas como específicas, ou seja, segundo a classe, gênero, a geração ou etnicidade. Contudo, se se trata de ação coletiva, no plano da subjetividade coletiva são elaboradas seleções quanto a referências. A tese é que, em se tratando de trabalhadoras domésticas que enfrentam o estigma da não consideração do seu trabalho como tal, o norte é uma subjetividade de classe, que guarda distância do que tradicionalmente se convencionou chamar classe.

A produção de subjetividade não é um componente ideológico ou uma parte da super-estrutura. É parte de um sistema econômico, político e cultural que se reproduz por diferentes mecanismos (Guattari e Rolnik, 1986). O conceito de subjetividade é aqui entendido como resultado da interação entre atos e idéias que identificam o *self* na sua relação com os outros. A subjetividade coletiva junta os atos orientados por referências do cotidiano pessoal e a preocupação com projetos orientados ao coletivo em termos de impulso ou estí-

mulo à mudança. Com tal raciocínio, melhor se equacionam as relações feitas nas referências de vida, ou para frentes de luta, além dos rótulos de alienação. Também evita-se o deslumbramento com as representações, com o dito, risco frequente se se trabalha com testemunhos. Há que relacionar desejos, modelos de identidade às "máquinas de produção de subjetividades". Guattari (1986) assim expressa tal postura: "Tudo o que é produzido pela subjetivação capitalística – tudo o que nos chega pela linguagem, pela família, pelos equipamentos que nos rodeiam – não é apenas uma questão de idéia, não é apenas uma transmissão de significações com pólos maternos, paternos, etc. Trata-se de sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo... Todos os fenômenos importantes da atualidades envolvem dimensões do desejo e da subjetividade".

Categorias sociais e diversidade

Na literatura feminista, são lugar comum as disputas de competência entre gênero e classe. Também nos escritos sobre raça, tais disputas se repetem, alguns antepondo, outros mesclando as propriedades de um sistema de raça e as de um sistema de classe.

Buscamos um caminho diferente de análise, ao reconhecer que, na sociedade brasileira, identificam-se historicamente sistemas de privilégios que se perfilam de forma nítida, podendo-se referir a um sistema de raça, a um sistema de gênero e a um sistema de geração, com hierarquias próprias e relações legitimadas. Tais sistemas não são explicados por causalidades lineares ordenadas pela questão de classe.

Reconhecer a pluralidade dos sistemas de privilégios e hierarquias implica no exercício da crítica ao essencialismo, tão empregado pelos movimentos sociais e pelos conhecimentos competentes, especializados. Pela modelagem da essencialidade, a desvalorização social do trabalho doméstico seria explicada porque historicamente exercida por mulheres (explicação de certas correntes do feminismo) ou porque reminiscência do trabalho negro escravo (explicação de correntes do conhecimento sobre relações raciais e sobre classes sociais).

Mas não é esta parte da modelagem – reconhecimento de distintos sistemas de privilégios – que emprestaria singularidade ao caminho analítico aqui proposto. Insistir no reconhecimento da pluralidade de sistemas de hierarquizações sociais, consistiria em circular no campo da posição althusseriana das autonomias relativas.

Além da pluralidade, a tradução dos sistemas de privilégios (por categorias sociais) se dá por vivências. Isto é, realizações de uma sociedade de classe em tempos e lugares definidos. Tais sistemas de privilégios se entrelaçam, resultando em especificidades que se afastam dos modelos puros. Neste sentido, a análise, pautada por uma perspectiva de gênero,

será pobre para a compreensão das situações de todas as mulheres de diferentes raças e em distintos ciclos de geração e posição de classe. Gênero seria um – não exclusivo – conteúdo de relações sociais pautado por hierarquias e subordinações (Scott, 1988)

A vivência de relações sociais racistas, com marcas de gênero e códigos de geração por sexo, leva tanto à fragmentação da identidade por referências exclusivas, indirecionais, quanto a combinações entre identidades, resultando em significados próprios de constructos básicos de cada sistema de discriminação

Em tal raciocínio está ancorada a expressão *alquimia de categorias sociais* (raça, gênero e geração). Esta alquimia não ocorreria em um *vacuum*, resultando em um tipo de perfil próprio. Seus significados e suas reelaborações, por sujeitos políticos, numa trajetória de se assumirem como tal, são pautados por práticas sociais e projetos específicos. Tal alquimia é levada a extremos em uma sociedade de classe, que ideologicamente a reinterpreta para difusão de responsabilidades. Não só se naturalizam questões de gênero, raça e geração, como estas são filtradas por questões de classe, diluindo-se identidades e, portanto, percepções e ações críticas a suas lógicas. Dilui-se também a propriedade compreensiva dos quadros conceituais próprios a cada sistema de relações (Stoicke, 1990)

As líderes do serviço doméstico organizado em Salvador se identificam como feministas, mas não compartilham as críticas feitas pelo movimento feminista ao trabalho doméstico. Ao contrário, lutam pela valorização desse trabalho como técnica, especialidade. Têm como norte a desprivatização do trabalho doméstico quando remunerado e recusam as analogias entre trabalho e serviço doméstico. Tendem a enfatizar o público como o espaço por excelência da sua constituição enquanto sujeitos políticos e separam, em termos de sua prática ocupacional, o que seria espaço da produção (serviço doméstico) e da reprodução (trabalho doméstico). Não compartilham tampouco as críticas feministas sobre família, pois ter uma família sua, realizar o trabalho doméstico para os seus, se configura numa aspiração e passo importante na definição de distintas espacialidades (lugar de trabalho x lugar de morar ou de ter família). Tal separação é considerada essencial na construção da identidade de trabalhadora, isto é, pela alteridade, que além da separação mencionada, entre vida privada e vida pública, implica em avaliações distintas.

As sindicalistas contam casos de racismo, filtrados por relações de classe, indicam casos de sexismo no interior das relações raciais e rotulam como distintos os problemas das mulheres mais jovens e das mais velhas. Elas destacam que o fazer-se sujeito de classe, trabalhadora doméstica sindicalizada, é obstaculizado pelos códigos, quer do sistema de geração – o sindicato seria lugar de mulher mais velha –, quer do sistema de gênero – as relações afetivas entre homem e mu-

lher levariam as empregadas domésticas a se afastarem do sindicato, principalmente se mais jovens –, quer, enfim, por códigos do sistema de raça – as trabalhadoras domésticas não se sindicalizariam porque o trabalho doméstico remunerado é menosprezado socialmente como trabalho de negro.

As múltiplas discriminações se reforçam e podem também impedir a construção de identidades específicas, ou o reconhecimento das lógicas de privilégios de cada sistema. À medida que o norte prioritário das trabalhadoras domésticas é serem reconhecidas socialmente como trabalhadores, tanto pelo pólo em oposição (Estado e patrões), como pelo pólo parâmetro de identificação (outros sindicatos e centrais sindicais), secundariza-se o debate sobre a realização das diversas categorias sociais, enquanto relações pautadas por discriminações.

As sindicalistas entrevistadas concordam que, pelo fato de o trabalho doméstico trazer o estigma das relações de escravidão e/ou ser papel de mulher, sua desvalorização social é reforçada. Consideram, no entanto, que o vetor básico do trabalho sindical são as relações de exploração próprias do serviço doméstico. Não lhes atrai o debate sobre o trabalho doméstico como privativo do gênero feminino e tendem a uma maior lealdade com o movimento negro do que com o movimento feminista, em especial porque aquele lhes proporciona uma referência, uma ancestralidade, uma história que não descobrem neste. Uma história que se confunde com a história dos dominados. Nas relações sociais de classe, ser negro é ser pobre, já ser mulher pode também significar ser patroa, o outro pólo de oposição.

A identificação das sindicalistas, trabalhadoras domésticas, baianas, com o movimento negro, passa, portanto, pela imbricação entre classe e raça (ou etnicidade), pela linguagem comum – a história – da relação de discriminação com um outro totalizado – o branco, rico e patrão. A ambiguidade do eu no outro complica lealdades entre mulheres de diferentes posições sociais. A mulher feminista patroa é percebida, principalmente, como patroa pela sindicalista empregada doméstica. Empiricamente, tais associações podem ser remodeladas, pois a alquimia entre raça, classe, gênero e geração resulta em produtos heterogêneos.

A geração é outra categoria naturalizada com códigos sociais rígidos na sociedade brasileira. Até um certo limite, geração comparte com raça e sexo a qualidade de ser 'natural' e socialmente recodificada, uma vez que também está imersa em estereótipos culturais e econômicos direcionados a cada ciclo de vida.

A interação entre gênero e geração afeta em especial as mulheres. Limita o que é ou não próprio das mulheres de certa idade, fazendo variar os códigos de seleção econômica e sexual e os de valorações sociais.

As entrevistas com líderes do serviço doméstico de Salvador mostram discriminação segundo o ciclo geracional, tais como: exploração do trabalho infantil, abuso sexual de

2 Discriminação racial é aqui usada de acordo com a definição estabelecida pela convenção internacional para a eliminação de todas as formas de discriminação racial, citada por Stolcker (1990), e apud M. Banton (1988) qualquer distinção, exclusão, restrição e preferência baseada na raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica

crianças e adolescentes, seletividade no emprego por conta da idade e abandono por seus mandos ou companheiros por envelhecerem. Mas, enquanto as líderes entrevistadas concordam que a discriminação contra as mulheres e a discriminação racial² ou mesmo as desigualdades econômicas e raciais podem e devem ser abolidas, consideram também que não há formas de combater os estereótipos geracionais uma vez que, de acordo com uma das entrevistadas, "isso sempre foi assim".

A complexidade da geração como categoria social também se relaciona com o problema de identificação do sujeito com um ciclo de idade. Os sujeitos se movem entre ciclos de vida, mudando, portanto, referências, símbolos de relações. Ciclos geracionais que estão em xeque não estão relacionados ao mesmo grupo de pessoas e aquela situação específica é naturalmente suplantada com um novo ciclo de vida. Esta particularidade bloqueia a autopercepção e a construção de uma subjetividade coletiva.

Perfil e organização das trabalhadoras domésticas de Salvador

Na Região Metropolitana de Salvador, excetuando-se o emprego doméstico, um terço dos assalariados são mulheres. Já a maioria das empregadas domésticas é mulher (92,5%), sendo elevada a participação das mais jovens. Há dez vezes mais crianças e adolescentes, entre 10 e 17 anos, trabalhando como empregada doméstica do que em outras ocupações assalariadas.

Salvador é um dos principais núcleos do movimento negro no Brasil, detacando-se o significado da ancestralidade africana na formação da cultura, da história e da economia. É ainda hoje bastante expressiva a participação dos afrobrasileiros na população total, cerca de 65% da população em 1989. A raça empresta singularidade à seletividade da força de trabalho. Há quase três vezes mais pessoas de cor branca entre as diversas categorias de assalariados do que entre as trabalhadoras domésticas de Salvador. Enquanto 93% das trabalhadoras domésticas são mulheres não brancas, estas são 77% das demais assalariadas. A relação entre raça e classe é mais evidente se considerarmos, por exemplo, a posição na ocupação. Entre os empregadores, a proporção de não brancos é de apenas 45% em 1985 (SUTRAB/PED, 1989).

Não chega a duzentos o número de trabalhadoras domésticas sindicalizadas na cidade de Salvador, apesar de uma diretoria ativa e presente constantemente na mídia.

Obter o estatuto legal de sindicato (1989) e adquirir uma sede (1988), com o apoio da OXFAM (agência internacional), foram os objetivos que mais mobilizaram as empregadas domésticas organizadas na cidade de Salvador.

Tais objetivos se relacionam com seu desejo de reconhecimento social como trabalhadoras: serem aceitas como iguais por outros trabalhadores garantindo a sua autonomia em relação aos partidos políticos, entidades religiosas e outros movimentos sociais.

Geração

As líderes do serviço doméstico em Salvador, em média, são mais velhas do que a maioria das empregadas domésticas. Sua idade varia entre 21 e 41 anos.

Geração é um fator seletivo na sindicalização. As líderes se queixam da dificuldade em atrair mulheres jovens para o sindicato, porque o coletivo do serviço doméstico como grupo ocupacional não é parte do projeto de vida das adolescentes. Ao contrário, as trabalhadoras domésticas jovens não querem ser reconhecidas como tal, pois acreditam na possibilidade de uma mobilidade social. O sindicalismo é também considerado pelas jovens trabalhadoras como próprio das mulheres mais velhas, daquelas que não têm marido ou das que não são amadas.

As líderes sindicais admitem que o ciclo de vida das mulheres limita as suas atividades públicas. Não há mulheres casadas no sindicato, mas há várias mães solteiras, o que sugere que a carga de trabalho nas suas casas, como o fato de terem filhos pequenos, não é um fator de limitação da sua participação no sindicato. Porém, o marido ou namorado aparecem como um forte empecilho à sindicalização de muitas delas.

Códigos sociais geracionais também afetam os projetos coletivos de gênero, considerando-se estereótipos de beleza e seletividade nas relações homem/mulher. Algumas líderes mais velhas contam casos de abandono por parte de seus namorados, envolvidos em outra relação, geralmente com uma mulher mais jovem.

A dinâmica social das relações pautadas por códigos geracionais são interpretadas por um prisma fatalista. As mulheres mais velhas, acima dos trinta anos, não teriam mais chances de vir a ser selecionadas ou de "arranjar um homem", não havendo, para as sindicalistas, como alterar tal quadro.

Raça

Ao serem interrogadas sobre a cor da sua pele, bem como a de seus pais e irmãos, as líderes sindicais deram respostas variadas. Entre as mulheres negras, algumas responderam "Sou muito escura", "preta", ou da "raça negra". Nós não mencionamos o termo *raça* na nossa pergunta. Esta última resposta, *raça negra*, é dada por líderes do serviço doméstico que também militam no MNU (Movimento Negro Unificado). Três entre as quatorze trabalhadoras domésticas entrevistadas integram esse movimento.

Aqueles que nas estatísticas oficiais seriam classificadas de pardas se referem a si próprias como "marrom", "escura", "clarinha", "claramente", "um pouco escurinha", "clara" e "marrom clara", "não muito escura" ou "morena". Tal reconhecimento de *raça* ou *disfarce* está de acordo com pesquisas desenvolvidas especificamente sobre questões raciais (Maggie e Sermello, 1989, Agier, 1989, entre outros). Em vez de uma di-

ferenciação aguda entre negros e brancos, um contínuo de cores é estabelecido. Agier (1989) adverte que esta prática de "auto-embranquecimento" ou de apagamento da própria identidade racial teria o efeito de uma "violência simbólica" (Bourdieu, 1989) que os negros cometem contra si próprios, uma vez que o sistema de poder racial é reproduzido sem rebelião, mas com cumplicidade.

Esse tipo de violência também operaria por outro raciocínio, o da identidade, relacionada com a pobreza. Nesses termos, não haveria uma questão de gênero ou uma questão de raça e muito menos de geração, tudo se resumindo a uma questão de classe

Algumas respostas à pergunta sobre a cor de pele ilustram as ambiguidades referidas e também os diferentes estágios no processo de produção da subjetividade racial:

"Algumas pessoas dizem que sou branca, enquanto outras dizem que eu sou morena. Eu penso que sou branca, e sou um pouquinho amarelada. Esta corzinha que tá aqui é do sol"

"Eu sou moreninha"

"Eu sou mulher negra".

"Eu sou uma mulher negra, empregada doméstica".

É visível o ganho, em termos de dignidade e auto-respeito, quando se centraliza a discussão sobre raça, e a influência de princípios difundidos pelo movimento negro

Dentre as entrevistadas, aquelas que são militantes de movimento negro declararam que a escravidão é parte da história das empregadas domésticas e argumentaram sobre a necessária relação entre raça e classe no caso das empregadas domésticas. Já outros tópicos constantes da agenda do movimento negro, como o resgate da cultura e das raízes africanas, não entusiasmam de igual forma

As sindicalistas declararam que é bom receber apoio de grupos do movimento negro considerando que "a maioria das empregadas domésticas é negra". Mas também acrescentaram que os interesses do movimento negro e os do Sindicato não são necessariamente os mesmos, uma vez que "há muito intelectual no movimento negro". "Eles, lá no movimento negro, não lidam diretamente com o caso das empregadas domésticas, são apenas solidários conosco"

Quando a referência é raça, os temas que perpassam os discursos orientam-se para os casos de negros pobres e, para todas, o movimento negro é um movimento para os pobres, ainda que algumas citem a presença de "doutores" no movimento como barreira para uma maior integração entre o sindicato e o movimento negro. Segundo Luiza Bairros, também membro do MNU, a composição desse movimento é basicamente de trabalhadores e funcionários, sem presença de classe média

Se o movimento negro é percebido como um movimento para os pobres, este não é o caso do movimento feminista. "Alguns militantes homens, do movimento negro, são um bocado machistas e nem todos eles respeitam nosso sindicato"

to como sendo uma organização representativa dos trabalhadores. **Mas nós somos da mesma raça e eles têm sido bastante ativos na defesa dos direitos dos pobres...** . As feministas têm nos ajudado, mas nós não temos muita coisa em comum com o movimento feminista .. bem, talvez alguma coisa, uma vez que nós somos todas mulheres".

Gênero

Vivências moldadas pelo sistema social de gênero são retratadas quando a vida familiar na infância é focalizada. O pai é a figura mais forte. No discurso das líderes é o protetor, autoritário, que toma decisões. Muitas complementam que "ele só queria o melhor para nós, os filhos". A mãe é lembrada como uma pessoa dócil, cúmplice da filha nas questões amorosas. A maneira como algumas entrevistadas mencionam a ocupação de cada um dos pais indica o modo subliminar como opera a ideologia de gênero.

"Meu pai, ele trabalhava fabricando fogos de artifícios para vender, minha mãe apenas o ajudava. Ela era dona de casa".

"Meu pai trabalhava duro na plantação. Minha mãe ajudava. Nós, minha mãe, meus irmãos e eu ajudávamos o pai lá na roça".

"Ela ficava a cargo do trabalho doméstico. Ele era um trabalhador rural".

Não somente a divisão sexual do trabalho, mas também a divisão sexual do poder e do prazer são parte das biografias. Ao pai cabia a decisão de migrar para a cidade. Decisão sempre difícil, pois os pais gostariam que os filhos ficassem na área rural. A decisão era tomada considerando a situação de pobreza. O pai tinha um papel ativo na ordenação das relações das entrevistadas com seus amigos do sexo masculino enquanto permaneciam na casa paterna. Os irmãos tinham permissão de sair à noite e voltar tarde. Esse não era o caso das mulheres, das meninas ou das moças. Esses fatos não são revelados espontaneamente e, quando citados, não há nenhuma recriminação ou reconhecimento de desigualdade ou discriminação. Algumas mencionam o comportamento autoritário do pai, mas também costumam suavizar a questão, enfatizando que, em contrapartida, protegia a família.

A família primária é uma importante referência para as entrevistadas, que se sentem mais gratificadas por terem sido educadas por valores austeros, com "cuidados".

Muitas não se sentem à vontade para falar de sexualidade. Volta e meia lembram que são "mulheres direitas", "moças direitas". Algumas ainda associam o feminismo com um movimento que prega práticas sexuais "diferentes" ou "sexo livre", o que contribui para que não se sintam parte do movimento feminista.

Poucas escaparam a casos de "coração partido" ou a "uma desilusão amorosa", sendo comuns comentários amargos sobre as relações com os companheiros, durante a juven-

tude Nos seus projetos de vida, o casamento ou uma relação instável foi uma referência forte até os 20 anos. Poucas verbalizam a intenção de ainda querer casar e ter filhos

Diferentes tipos de rebelião contra as relações subordinadas entre homem e mulher fazem parte da história de vida das entrevistadas.

Um tipo comum de rebelião foi garantir projetos próprios *Para uma das entrevistadas, a conciliação entre uma relação amorosa estável e a participação no sindicato não foi possível, levando a uma escolha.* "É, eu acabei ficando com o sindicato, esta é a minha luta Talvez um dia eu case (ela tem 37 anos hoje) ou então viva com alguém Porque casar hoje está fora de moda O problema é que se você casar, você tá fora. Você já não pode participar do sindicato e de nenhuma outra coisa Se você casa, você tem que ficar em casa tomando conta do marido e da criança Eu nunca quis isso para mim Quando eu era jovem, tive muitos namorados, mas eles não aceitavam os meus planos Eram pessoas de cabeça fechada Uma mulher pode viver muito bem sem um homem, o problema é que poucas admitem isso".

O movimento feminista encontra restrições em alguns itens da sua agenda, tais como aborto, sexualidade, e pela sua composição social, já que incorpora as patroas (Pereira de Mello, 1989)

Rupturas radicais com a tradição e com a socialização recebida da família nuclear não são facilmente aceitas As líderes do serviço doméstico deixam claro que as empregadas domésticas devem ser vistas como "pessoas sérias", "mulheres direitas", "profissionais preocupadas com as relações de trabalho" É a forma de se alinhar com o que em sindicatos de outras categorias seria o perfil de um trabalhador militante

Algumas respostas à pergunta "você se considera feminista?" ilustram a multiplicidade de tipos de produção da subjetividade de gênero:

"Bem, eu sou uma mulher De fato a maioria das empregadas domésticas são mulheres, assim o feminismo é algo que me diz respeito.. Não há necessidade, no entanto, de se estar associada a um movimento feminista. As empregadas domésticas vêm de outro melo"

"Ah! não tem como, eu não sou nem feminista, nem machista, eu sou é por direitos iguais .. O movimento negro, este sim é muito importante para a gente... Nós nos damos bem com algumas feministas, elas colaboram conosco"

"Uma vez que a maioria das empregadas domésticas são mulheres, há alguma coisa em comum com as feministas, mas de fato eu não tenho uma opinião muito clara sobre o movimento feminista. **(É sobre o movimento negro?)** Ah! com este nós temos muita coisa em comum, este é um movimento muito importante para a gente, pois somos na maioria negra É importante tê-los conosco nos ajudando".

Outras entrevistadas vão mais além, fixando limites à fraternidade, à possibilidade de estarem juntas com outras mulheres.

"Algumas pessoas dizem que as feministas são todas lésbicas. Eu não penso assim. É importante lutar pelos direitos das mulheres, e nós, empregadas domésticas, somos mulheres. Mas eu gosto de homem, e sobretudo tem um problema as feministas são mulheres, pessoas bem educadas. Por que elas viriam perder o domingo para escutar a gente falar delas uma vez que elas são patroas? Talvez só para nos estudarem" (ela ri).

"Eu sou contra o racismo, mas no movimento negro tem muito advogado, professora, intelectual e pessoas relacionadas com partidos políticos. O sindicato não, este é nosso. **Aqui no sindicato nós somos todas iguais, a maioria aqui é negra e somos mulheres, mas nós somos pobres e somos empregadas domésticas**". (grifo nosso).

Classe

Todas as líderes entrevistadas vieram da área rural e a maioria chegou à cidade ainda criança ou adolescente para trabalhar. São filhas de trabalhadores rurais, de pequenos proprietários, sem terra, pequenos negociantes e trabalhadores autônomos. Os seus irmãos têm grande probabilidade de seguir o mesmo destino do pai se ficarem na área rural, mas possivelmente também vão migrar e se tornar, na cidade, trabalhadores não especializados. Suas irmãs serão também empregadas domésticas ou donas de casa.

Contudo, as sindicalistas entrevistadas defendem que as empregadas domésticas são membros da classe trabalhadora não por adscrição a sua procedência familiar, e sim porque o seu trabalho tem um valor social e estaria pautado por relações similares a de outros trabalhos produtivos.

Apesar da visão crítica das suas condições de vida e das lutas pelos seus direitos, as líderes sindicais não qualificam as relações patrão/empregado como antagônicas. Algumas declaram que o serviço doméstico nunca terminará. Outras dizem gostar dessa ocupação.

Para todas as entrevistadas, são as relações sociais de trabalho a nível molecular, o relacionamento patrão (patroa)/empregada, que devem ser mudados, investindo-se mais no reconhecimento da importância do trabalho doméstico para a sociedade. Consideram que o sindicato deve empenhar-se em garantir um salário justo e proteção legal para a trabalhadora, além de conseguir reconhecimento profissional. Respeito e dignidade são metas enunciadas pelas líderes do serviço doméstico em Salvador.

Elas são simpáticas aos partidos de oposição. Entretanto, são comuns declarações como "não entendo" ou "não gosto de política". Não consideram que os partidos políticos sejam importantes para mudar as condições de vida do trabalhador e, em especial, da empregada doméstica. Na produção de subjetividade entre as líderes do serviço doméstico em Salvador, o conceito de classe toma, hoje, um acento próprio. Está relacionado a direitos de cidadania, ao processo de auto-produção e reconhecimento social como traba-

lhadora. Não há necessariamente um projeto de classe, entendido na sua forma clássica de uma classe contra a outra, em que se priorizam os antagonismos. Ainda que a patroa seja rotulada como a "outra" e reconhecida como a que tem interesses diferentes (Castro, 1989), reivindica-se a manutenção do serviço doméstico, despojado de suas características pré-capitalistas, reformado.

O privado é uma parte intrínseca das relações das empregadas domésticas com os empregadores e relativiza as separações antagônicas entre patrões e empregados, ainda que elas considerem seu emprego como do domínio do público

A oposição público x privado se mostra clara nas conversas que têm lugar na **nossa casa** (expressão cunhada nas entrevistas), ou seja, na sede do sindicato. Lá elas cozinham para si, falam do seu cotidiano, dos namorados, de seus planos e também reúnem-se e planejam campanhas públicas em favor dos seus direitos.

A presidente do sindicato, Creuza Maria de Oliveira, discorda que ele seja vivido como a **nossa casa** e relativiza o ambiente de informalidade observado pelas pesquisadoras. Tal interpretação teria uma conotação paternalista. Segundo ela, os esforços pela criação da sede objetivaram demonstrar o caráter profissional da categoria e suas reivindicações pelo reconhecimento de um estatuto de uma organização pública. O sindicato, seria, assim, considerado pelas sindicalistas como um "espaço de luta por direitos e conscientização".

As características pré-capitalistas do serviço doméstico são colocadas em questão. A negação do passado é mais facilmente reconhecida do que a afirmação de um futuro. Mas passado e futuro não estão à parte, e no discurso transcrito abaixo, há a sugestão de que a formação da subjetividade de classe das domésticas já está em processo:

"Nós lutamos para sermos reconhecidas como trabalhadoras. Outros sindicatos de trabalhadores nos apóiam em questões legais de trabalho e também nos dão apoio material. Mas nós sentimos que mesmo **entre os militantes políticos há preconceitos contra a gente. Muito deles são também patrões.**

Você cresce como pessoa quando você participa de um sindicato. E a categoria é mais respeitada se a organização tem a forma de um sindicato. Eu aprendi muito indo a congressos e a reuniões fora de Salvador e sendo parte de um **importante grupo de pressão.**

Na escola, uma amiga minha me falou sobre a associação. Naquele tempo ainda não havia sindicato. Eu gostei muito das reuniões, dos encontros, apesar de estar um pouco desapontada porque éramos muito pouquinhas. **Pela primeira vez ouvi o que eu já estava procurando ouvir há muito tempo: que nós éramos importantes e que podíamos mudar nossa situação.** Eu sinto como se tivesse despertado quando comecei a participar junto com outras empregadas domésticas da associação. Então, eu tive a oportunidade de botar

em prática o que queria, de deixar sair o que tava lá trancado em mim há muito tempo. Porque eu sinto que essas coisas todas já tavam lá escondidinhas. **De fato foi como um despertar e a escola foi muito importante. Os professores falavam sobre escravidão, sobre organização de trabalhadores e de camponeses. Isso foi mais ou menos em 1986, e muitos dos movimentos sociais estavam aparecendo. Eu pensei uail porque não nós também?** Eu antes já tinha ido à reunião de uma outra associação de empregados domésticos que é orientada pela Igreja, mas lá não gostei não, não se falava nada sobre os direitos da empregada. Mas eu não gosto dos partidos políticos. Eu tenho simpatia por alguns partidos que apóiam os direitos dos trabalhadores, mas é muito importante manter a nossa autonomia. Alguns padres também nos ajudaram muito, principalmente no começo da organização. A nossa associação funcionou muito tempo na Igreja do colégio, mas aos poucos nós sentimos que eles queriam nos controlar, como eles fazem com muitos outros movimentos sociais. **Nós temos que aprender por nós mesmos.** Nós precisamos de colaboração. Talvez um dia eu tenha que me filiar a um partido político. Eles são poderosos e eles podem enfrentar os riscos, mas antes de entrar num partido político eu vou querer saber muito, conhecer cada um deles por dentro. **É importante ser dono das nossas vidas, dirigir as nossas vidas junto com outros que são iguais a gente** (grifo nosso).

Reflexões Finais

A história de vida das líderes do sindicato de empregados domésticos de Salvador não é muito diferente daquela de empregadas domésticas da América Latina: migração, exploração do trabalho infantil, humilhação, servilismo, proletarização dos pais, empobrecimento, racismo, falta de respeito social para com o seu trabalho, falta de alternativas educacionais e de oportunidades de emprego, socialização para desempenhar os trabalhos domésticos como sendo um destino natural de mulher pobre (Chaney e Castro, 1989)

Mas, alguns traços bem peculiares se destacam. Rebelião é um traço comum que toma diferentes formas nas biografias das líderes. Um tipo comum de rebelião é a busca por educação para mudar as suas trajetórias individuais. Outro é a orientação coletiva de companheirismo, de estar com os iguais. É comum as empregadas domésticas esconderem sua ocupação, terem vergonha do tipo de trabalho que fazem devido ao desprezo social que pesa sobre esta atividade. Mas as sindicalistas entrevistadas já romperam com este estigma. Fazem críticas à condição do emprego doméstico, gostariam de mudar de ocupação, mas sua rebelião pessoal contra o destino está emoldurado por um projeto coletivo.

Nas suas biografias, há ilustrações de que a rebelião não se dirigiu apenas contra as condições de trabalho e seus parâmetros legais. Padrões de gênero, como, por exemplo,

dar prioridade ou ficar restrita às relações afetivas e familiares, em detrimento das práticas sindicais, são questionados por muitas líderes

Elas também se insurgem contra os preconceitos raciais. Isso não significa que consideram importante ser parte do movimento negro ou feminista, e muito menos de um partido político. Estarem juntas, serem solidárias, não é um princípio necessariamente compartilhado ou estendido a todas as mulheres e a todos os negros. Linhas de classe são seguidas rigidamente nas alianças e nem todos os termos das agendas dos movimentos feministas ou negro são assumidos como bandeiras

Insistimos na tese de que a adoção de uma agenda feminista pelas trabalhadoras domésticas, líderes sindicais, chega somente até o ponto da discussão sobre igualdade. Defendemos a idéia de que as mulheres trabalhadoras em suas organizações constroem uma agenda feminista própria. A sua lógica em termos de uma produção de subjetividade de gênero está demarcada por sua prática social, suas experiências como empregada doméstica. Uma tese que está bem ilustrada pela compreensão de uma delas sobre o que é feminismo. "Eu sou feminista. Uma mulher feminista não aguenta imposições nem da sociedade nem do marido. Ela quer brigar pelo direito de trabalhar pela sua independência. Ela quer estar livre para chegar tão tarde quanto sinta vontade. Desde criança eu já era feminista. Eu fugi da casa da patroa quando eu tinha treze anos porque ela costumava me bater..."

Mas um bocado de coisas está faltando no movimento feminista. Muitas mulheres feministas ainda não acordaram para o reconhecimento das necessidades das empregadas domésticas. Eu trabalhei com uma feminista ativista. Ela costumava participar em campanhas pelos seus direitos, mas no meu caso era diferente. Ela não me pagava um salário justo e não me dava dias livres. Ela era feminista, mas somente para mulheres da classe dela. O movimento feminista tem muita coisa que ver com a luta das empregadas domésticas. Mas há uma diferença fundamental. Elas tiveram acesso a uma boa educação, já as mulheres negras, não".

Uma alquimia singular entre categorias sociais de gênero e raça condicionada pelo ciclo geracional – ser jovem ou não – e emoldurada pela estrutura de classe, é construída por essas artesãs da ação coletiva

A classe substancia-se em gênero e em raça, assim como gênero e raça são filtrados por posições e relações de classe. A estrutura de classe que produz e onde se reproduzem os pobres não é uma dimensão paralela e, sim, palco das relações de raça e de gênero

Essa tese apresenta problemas se a referência é a questão das relações homem-mulher, uma vez que a empregada doméstica negra tem experiência afetiva conflituosa com os homens negros, tópico aliás comum em suas biografias. Rebelar-se nessas relações também é parte das suas biografias, mas, nem por isso, um projeto coletivo em relação a gênero está em marcha

A matriz da interação entre categorias sociais em um sistema de classe dá lugar a um sujeito coletivo peculiar. A auto-definição de uma sindicalista quando lhe perguntamos qual a sua cor de pele, traduz bem o que estamos aqui denominando de alquimia de categorias sociais, emoldurada por uma sociedade de classe e diretamente formatada pela prática do cotidiano social: "**Eu sou uma mulher negra empregada doméstica**". (grifo nosso).

Múltiplas determinações interativas não se ajustam à perspectiva de essencialidade no tratamento das categorias e a movimentos sociais específicos, nem ao tradicional modelo de sindicato de classe. A construção da subjetividade das trabalhadoras domésticas é ainda um processo em aberto que está sendo construído por elas, mediante práticas peculiares.

Se o reconhecimento da diversidade social e das alquimias entre categorias sociais, segundo práticas de classe, questiona o viés da essencialidade das formulações monotonizadas, nem por isso invalida a necessidade de corpos especializados de conhecimento, referidos a cada categoria social de *per si*. Tal reconhecimento questiona, sim, a intolerância e o estatuto teórico de *constructos* usados sem referência a práticas concretas como os conceitos de público e privado.

Indica também a necessidade do respeito à alteridade, à recorrência a análises sobre múltiplos sistemas de hierarquias e privilégios e a necessidade de estratégias de alianças e reforços ao nível dos movimentos sociais.

Insistimos na necessidade da delimitação dos enfoques essencialistas, retirando-lhes suas pretensões de chaves-mestras, explicativas, pecado original das formulações dogmáticas sobre classe, que também contagiaram correntes do feminismo. Uma das contribuições epistemológicas do feminismo foi chamar atenção para a alteridade, recusar homogeneizações, e, como sublinha Silva Dias (1992), questionar "um sujeito universal". Contribuiu, enfim, para a política da diversidade, relacionando classe, gênero e raça (Hamilton e Barrett, 1987).

O desafio é não somente respeitar as variações internas nas alteridades, mas reconhecer que distintos movimentos, como os das trabalhadoras domésticas organizadas, têm um processo e um modelo próprio de realização, que pode inclusive descartar alguns dos parâmetros originais de movimentos afins, como a ênfase na chamada esfera da reprodução e sua identificação com o privado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGIER, Michel. "A construção do mundo negro. Apontamentos para uma antropologia da identidade negra na Bahia". In: IV Encontro das Ciências Sociais no Nordeste, 1989, Salvador, Salvador: CRH, UFBA, 1989.

- BARRETT, Michele e HAMILTON, Roberta. The politics of diversity, Londres: Verso, 1987.
- BIRMAN, Patrícia. "A construção da negritude: Notas preliminares". In BASTOS, Francisco Inácio e MEYER, Gustavo. Cativeiro & liberdade, Rio de Janeiro: UERJ, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico, Lisboa: Difel Ed., 1989.
- CHANEY, Elsa e CASTRO, Mary G. Muchachas no more: household workers in Latin America and the Caribbean. Philadelphia: Temple University Press, 1989.
- EISHTAIN, Jean Betke. Public man, private woman: women in social and political thought. New Jersey: Princeton University Press, 1984.
- FRATER, Albertus. Manual do alquimista. Madri: Louis Carcamo Ed., 1976.
- GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. Micropolítica. Cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.
- HABERMAS, Jurgen. Mudança estrutural na esfera pública: Investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- MAGGIE, Yvonne e S. MELLO, Kátia. "O que se cala quando se fala do negro no Brasil". In: BASTOS, Francisco Inácio e MEYER, Gustavo (coord.). Cativeiro & liberdade. Rio de Janeiro: UERJ, 1989.
- PEREIRA DE MELO, Hildete. "Feminist and domestic workers in Rio de Janeiro". In: CHANEY, Elsa e CASTRO, Mary G. Muchachas no more. Household workers in Latin America and the Caribbean temple. Philadelphia University Press, 1989.
- POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais. São Paulo: Martins Fontes, 1968.
- SAFFIOTI, Heleleth. "Rearticulando gênero e classe social". In COSTA, Albertina de O. e BRUSCHINI, C. (org.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- SCOTT, Joan Wallach. Gender and politics of history. New York: Columbia University Press, 1988.
- SENNETT, Richard. O declínio do homem público. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SEYFERTH, Giralda. "As ciências sociais no Brasil e a questão racial". In BASTOS, Francisco Inácio e MEYER, Gustavo (coords.) Cativeiro & liberdade. Rio de Janeiro: UERJ, 1989.
- SILVA DIAS, Maria Odila Leite. "Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano". In COSTA, Albertina de O. e BRUSCHINI, C. (org.) Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- STOLCKE, Verena. Is Sex to Gender as race is to Ethnicity? 1ª conferência da Associação Européia dos Antropólogos Sociais. Coimbra, 1990, mimeo.
- SUAREZ, Mireya. "As categorias mulher e negro no pensamento brasileiro". Comunicação apresentada no XV Encontro Anual da ANPOCS, 1991, Caxambu.